

Entidades lançam cartilha sobre riscos da reforma para servidores

Condsef/Fenadsef

Especialistas de diversos campos e representantes de entidades e centrais sindicais se reuniram em um debate sobre reforma da Previdência em audiência pública, nessa quinta-feira na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Na audiência, convocada pelo senador Paulo Paim, foi lançada a cartilha "Os riscos da reforma do Regime Próprio de Previdência da União", dirigida principalmente a servidores federais de cargo efetivo. O material é uma iniciativa de várias entidades (Asibama-DF, Ascema Nacional, Condsef, ARCA, Afípea, Andeps, AsMinC, Assecor, INA e SindGCT) e contou com ajuda técnica especializada em previdência.

A cartilha procura esclarecer com dados e faz projeções dos impactos sobre a vida dos servidores, além de buscar o fortalecimento da unidade em torno da pressão contra pontos graves e ataques a direitos contidos no texto que agora passa a tramitar no Senado. Sob o lema "o jogo não acabou" a cartilha cita os diversos grupos de servidores e o que a reforma pode causar a cada um dos casos, por gênero e idade, a partir do ingresso no serviço público.

Problema do Brasil é desigualdade

Na audiência também foi lançado o livro "Previdência: o debate desonesto", de Eduardo Fagnani, economista referencial no campo da economia social. Fagnani foi enfático ao diagnosticar que o problema do Brasil não é seu modelo previdenciário e sim a desigualdade. Para ele o cenário que se abriu a partir de 2016 permitiu o desmonte do Estado de bem estar social pactuado com a Constituição de 88. "A reforma da Previdência é mais uma peça desse processo", diz.



Fagnani chama a atenção para como o governo tem vendido junto à sociedade a necessidade de aprovação de uma reforma que retira drasticamente direitos da maioria absoluta e fragiliza por completo o modelo de Seguridade Social. São usados discursos terroristas no campo econômico, demográfico e do déficit. O desprezo a dados e a ciência também é observado. O uso de argumentos de que se não fizer a reforma o Brasil quebra e de que não há alternativa tem imperado. Mas para ele ainda há tempo de lutar e esclarecer a sociedade.

Quem também concorda é Maria Lúcia Fattorelli, auditora aposentada da Receita Federal e coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida. A especialista que participou da auditoria da dívida de países como Grécia e Equador, destacou que a crise que vivemos, além de fabricada, tem sido útil para pautas neoliberais que estão retirando direitos fundamentais da classe trabalhadora. "Na Câmara o que falou mais alto não foi o debate, foram emendas. Esperamos que os argumentos técnicos e o debate honesto prevaleçam no Senado", defendeu.

Riscos permanecem altos

A capitalização, que saiu de cena no texto original, mas que parece ter sido apenas adiado foi citada por Fagnani. O discurso recente do ministro da Casa Civil do governo Bolsonaro, Onyx Lorenzoni, sinaliza esse risco. A entrada de estados e municípios numa PEC Paralela também não está destacada. Outro ponto grave que o texto traz está no risco de desconstitucionalização presente em temas que podem ser alterados por projeto complementar. O fim do Regime Próprio dos servidores é um desses casos. Isso abre um caminho perigoso possibilitando o que Fagnani chama de "uma reforma da Previdência permanente" e que ainda exige apenas 257 votos na Câmara em apenas um turno.

Os riscos apontados pelos especialistas são mais que suficientes para que a resistência contra a PEC da reforma da Previdência continue em todo o Brasil. A Condsef/Fenadsef e suas filiais seguem o trabalho de pressão que agora se concentra no Senado. Nos estados, a pressão aos senadores também deve ser intensificada.



Governo insiste na capitalização da Previdência que condenou chilenos à miséria

O governo de Jair Bolsonaro (PSL) só aceitou retirar do texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 06/2019 a criação do sistema de capitalização da Previdência, criticada duramente por grande parte dos estudiosos do tema e parlamentares, para aprovar rapidamente as alterações nas regras de concessão de benefício.

Mal a **PEC foi aprovada na Câmara dos Deputados**, antes de ser apreciada pelo Senado, a equipe econômica já avisou: vai mandar outra PEC criando o sistema de capitalização, mesmo sabendo que o modelo não deu certo em vários países onde foi adotado, como Chile, Argentina, Peru e México. **No Chile**, por exemplo, os aposentados estão recebendo benefícios de menos de um salário mínimo por mês e há registros até de suicídios de idosos desesperados.

No atual modelo de Previdência brasileiro quem está no mercado de trabalho contribui e garante os benefícios de quem já se aposentou. Todos contribuem: trabalhador, patrão e governo.

Já no modelo de capitalização não tem a contribuição do empregador nem do Estado, é uma espécie de poupança individual do trabalhador, onde ele terá de depositar todos os meses um percentual para a aposentadoria. E quem administra essa poupança são os bancos, que cobram taxas e podem usar parte do dinheiro para especular no mercado financeiro.

É isso que o ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, quer implantar no Brasil. E pelo que disse o ministro da Casa Civil, Onix Lorenzoni, o modelo também valeria para estados e municípios que ficaram de fora da reforma da Previdência.

Transição bilionária e incerta

O economista Marcio Pochmann alerta para a estratégia enganosa

do governo para aprovar as mudanças nas regras de concessão de benefícios previdenciários. Além de dizer que a reforma combate os privilégios, eles dizem que o país economizará quase R\$ 1 trilhão em dez anos e o que sobrar será utilizado na transição para o sistema de capitalização. O problema é que o governo não apresentou um estudo confiável, com dados que comprovem a tese.

“Na verdade, nem o governo sabe quanto vai economizar com a reforma da Previdência porque não houve a apresentação de um estudo, muito menos quanto custa implantar a capitalização. Os dados apresentados ninguém consegue confirmar”, afirma.

Em maio deste ano, em uma audiência na Câmara dos Deputados, o secretário de Previdência, Leonardo Rolim, anunciou que o governo estimava um **custo de transição** do atual sistema de aposentadoria para o regime de capitalização de R\$ 115 bilhões em dez anos e R\$ 985 bilhões em 20 anos. Levou uma bronca dos chefes por ter aberto esses dados e não apareceu mais nos jornais.

Pochmann lembra que, no Chile, a transição de uma Previdência pública para a privada custou um Produto Interno Bruto (PIB) inteiro do país e o resultado para os trabalhadores e trabalhadoras vem sendo trágico.

Chilenos recebem menos que o piso nacional de aposentadoria

Apesar da situação dramática dos idosos do Chile, o país vizinho tem sido referência para Paulo Guedes, que defende a implantação da capitalização no Brasil no mesmo molde feito pelo ditador chileno de extrema direita, Augusto Pinochet, em 1981.

Mas, 38 anos depois, a média das aposentadorias por idade naquele país é de 210 mil pesos (R\$ 1.162,00), enquanto o piso nacional é de 301 mil pesos (R\$ 1.662,00) - menos R\$ 500,00. Os dados são de abril deste ano, da Superintendência de Aposenta-

dorias, órgão regulador das Administradoras de Fundos de Pensão (AFP), do Chile.

Ainda segundo o órgão, 95% das mulheres aposentadas por idade, recebem apenas 55% do valor do salário mínimo. Enquanto 86% dos homens recebem aposentadorias abaixo do piso nacional.

Para Pochmann, ao adotar o modelo chileno, o mercado financeiro do Brasil mira a classe média alta e os assalariados de renda intermediária, porque os mais pobres não terão condições financeiras de contribuir sozinhos para suas próprias aposentadorias.

“A capitalização vai abranger um ‘naco’ dos assalariados de alta renda e até os intermediários, que não têm esperança de se aposentar por uma Previdência Pública, após a reforma”, diz.

Governo não tem plano para aquecer a economia, mas mercado financeiro cresce sete vezes mais

Para Pochmann, a reforma da Previdência associada à falta de investimentos do setor público na economia abre brechas para que o setor privado ocupe um espaço que deveria ser do governo.

“Embora, no ano passado, a economia tenha apresentado um saldo positivo de 1%, segundo o IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística], os ganhos financeiros foram sete vezes superiores. E a capitalização abre um espaço ainda maior para os ganhos do mercado financeiro”, afirma Pochmann, que também é presidente da Fundação Perseu Abramo.

O economista diz que ninguém fala que o mercado financeiro ganhou sete vezes mais, que este governo não se preocupa com o crescimento econômico e que quando Bolsonaro fala sobre **desemprego** diz que os índices estão errados.

Escrito por: Rosely Rocha